



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2025

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO, AS MATRICULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Constituição Federal de 1988 (arts. 205, 208 e 211);

A Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), especialmente o art.53;

A Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação;

A Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI);

A Resolução CNE/CEB nº 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil;

A Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental;

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;

A necessidade de padronizar procedimentos, organizar a oferta de vagas e assegurar equidade no atendimento escolar municipal;

RESOLVEM:

CAPÍTULO I – DOS TURNOS DE FUNCIONAMENTO

ART. 1º – Dos turnos

I – Turno da manhã: mínimo de 4 horas diárias;

II – Turno da tarde: mínimo de 4 horas diárias;

III – Turno integral: mínimo de 7 horas diárias, conforme art. 34 da LDB;

IV – Outros turnos autorizados pelo Departamento Municipal de Educação.

ART. 2º – Definição do turno

I – disponibilidade de vagas;

II – demanda da comunidade;



III – idade da criança e etapa de ensino;

IV – critérios pedagógicos estabelecidos pelo Departamento Municipal de Educação.

CAPÍTULO II – DA MATRÍCULA POR PROXIMIDADE DA RESIDÊNCIA

ART. 3º – Critério territorial

A matrícula será realizada preferencialmente na escola mais próxima da residência, conforme ECA art. 53, V.

ART. 4º – Comprovação de residência

I – contas de água, luz ou telefone;

II – contrato de aluguel;

III – declaração da Assistência Social, quando necessário.

ART. 5º – Exceções

I – inexistência de vaga na escola de referência;

II – necessidade de atendimento especializado;

III – mudança recente;

IV – decisão fundamentada do Departamento Municipal de Educação.

CAPÍTULO III – DOS CRITÉRIOS DE MATRÍCULA E ORDEM DE COMPARECIMENTO

ART. 6º – Da prioridade

§1º – A matrícula seguirá a ordem de comparecimento no período definido pelo Departamento Municipal de Educação.

§2º – A frequência no ano anterior não garante permanência automática.

§3º – A confirmação da vaga depende de:

I – ordem de comparecimento;

II – disponibilidade de vagas;



III – zoneamento escolar.

§4º – A prioridade só será validada com entrega completa da documentação.

§5º – Na falta de vaga, o estudante será encaminhado para escola próxima com disponibilidade.

CAPÍTULO IV – DO ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM LAUDO

ART. 7º – Do atendimento conforme legislação

Respeitando: Constituição Federal, LDB, ECA, LBI, Diretrizes do CNE/MEC.

§1º – É proibido negar matrícula com base no laudo.

§2º – Turmas devem ser distribuídas de maneira equilibrada.

§3º – A escola deve garantir AEE, acessibilidade e flexibilizações quando necessário.

CAPÍTULO V – QUANTIDADE MÁXIMA DE ALUNOS POR TURMA

ART. 8º – Ensino Fundamental

I – 1º ao 5º ano: até 25 alunos por turma (Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

ART. 9º – Exceções

I – situações emergenciais;

II – limitação de salas;

III – autorização excepcional do Departamento Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI – DO PROCESSO DE MATRÍCULA

ART. 10º – Procedimentos

I – edital anual;

II – inscrição dentro do prazo;

III – lista de espera;

IV – prioridade territorial.



ART. 11º – Encaminhamentos

Na ausência de vaga, o estudante será encaminhado para escola próxima com disponibilidade.

CAPÍTULO VII – DAS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR FORA DA ESCOLA

ART. 12º – Identificação

O Departamento deverá identificar crianças de 6 a 10 anos que estejam fora da escola, assegurando o monitoramento, a busca ativa e o encaminhamento para matrícula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

ART. 13º – Busca ativa

- I – levantamento intersetorial;
- II – visitas domiciliares;
- III – notificações formais;
- IV – registro das ações.

ART. 14º – Acompanhamento pós-matrícula

Monitorar frequência e comunicar ausências prolongadas.

ART. 15º – Recusa ou ausência da família

Comunicar:

- I – Conselho Tutelar;
- II – Departamento Municipal de Educação;
- III – demais órgãos quando houver indícios de abandono intelectual.

CAPÍTULO VIII – DA IDADE DE CORTE (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 02/2018)

ART. 16º – Idade mínima



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**
ESTADO DO PARANÁ



§1º – Para ingresso na Pré-Escola: **4 anos completos até 31 de março.**

§2º – Crianças que completam 4 anos após 31 de março permanecem na Creche.

§3º – A idade de corte é obrigatória em todo o território nacional.

§4º – Casos excepcionais podem ser avaliados mediante parecer pedagógico.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 17º – Casos omissos

Serão resolvidos pelo Departamento Municipal de Educação.

ART. 18º – Vigência

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Coronel Domingos Soares 21 de Junho de 2025

Cristiane das Graças Machado Pires
Diretora do Departamento de Educação
Portaria 022/2025